AUTORES:Ana Sousa ¹Rui Corredeira ²Ana Luísa Pereira ^{1,3}**Desporto paralímpico
em Portugal:**

Da sua génese à atualidade.

¹ CIFI²D, Faculdade de Desporto
Universidade do Porto, Portugal² CIAFEL, Faculdade de Desporto
Universidade do Porto, Portugal³ ISFLUP, Instituto de Sociologia da
Faculdade de Letras da Universidade do
Porto, Portugal**PALAVRAS CHAVE:**

Desporto para pessoas com deficiência.

Evolução sócio-histórica. Participação

Paralímpica.

<https://doi.org/10.5628/rpcd.13.01.93>**RESUMO**

A crescente visibilidade alcançada pelos Jogos Paralímpicos tem aumentado o interesse internacional dos investigadores. Todavia, em Portugal, muito pouco se tem escrito e refletido sobre a temática. Nesta medida, o propósito deste ensaio é descrever, compreender e refletir sobre o passado, o presente e o futuro do desporto paralímpico português. Tomando como ponto de partida o contexto internacional, divide-se a história do desporto para pessoas com deficiência em Portugal em quatro etapas. São descritos os factos e acontecimentos que marcaram cada uma das fases, destacando-se ainda as principais iniciativas observadas a nível organizativo, legislativo e financeiro. A abordagem é concluída com uma análise dos dados relativos à representação portuguesa nos Jogos Paralímpicos. Da reflexão efetuada releva-se a importância de inverter a tendência negativa patente nos resultados alcançados pelos atletas portugueses ao longo dos últimos anos. Para tal é essencial divulgar o desporto paralímpico; aumentar o investimento nesta área, permitindo aos atletas acompanhar as elevadas *performances* observadas a nível internacional; promover a aproximação ao desporto olímpico português; viabilizar a profissionalização dos atletas; e trabalhar no sentido da sua inclusão nas respetivas federações por modalidade. Finalmente, salienta-se a necessidade de ouvir os atletas que se superam diariamente para uma compreensão abrangente e realista deste contexto.

Correspondência: Ana Sousa. CIFI²D, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
Rua Dr. Plácido Costa, 91. 4200-450 Porto, Portugal (anasousa@fade.up.pt).

Paralympic sports in Portugal: From its genesis to present.

ABSTRACT

The increasing visibility achieved by the Paralympic Games has increased the international interest of researchers. However, in Portugal the reflection of the theme is scarce. In this way, the purpose of this essay is to describe, understand and reflect upon the past, present and future of Portuguese Paralympic Sport. Taking into account the international context, we divide the Portuguese history of sport for people with disability in four phases. We also describe the main facts and events that marked each stage, highlighting the key initiatives observed in organizational, legal and financial level. The approach is completed with an analysis of data related to Portuguese representations in Paralympic Games. The analysis highlights the importance of reversing the negative trend of the results achieved by Portuguese athletes over the past years. Thus, it is fundamental to disclose the Paralympic sport; to increase the investment, allowing athletes to keep up with the high performances demonstrated at international level; to promote the approach to Portuguese Olympic sport; to enable the athletes' professionalization; and to work towards their inclusion in regular sport federations. Finally, it is emphasized the need to listen the athletes whom overcome themselves every day to understand this context in a deep way.

KEY WORDS:

Sport for persons with disability. Socio-historical evolution.
Paralympic participation.

A presença nos Jogos Paralímpicos representa o ponto mais elevado na carreira desportiva de um atleta e o culminar de um percurso marcado pela dedicação, pelo esforço e pela excelência. É a expressão das incontáveis horas de treino árduo, das muitas competições internacionais ao mais elevado nível e ainda de eventuais vitórias e medalhas conquistadas nesta senda. Não obstante, a prática de uma modalidade desportiva ao nível da alta competição e a construção de um percurso desportivo de sucesso representam um processo complexo ⁽²⁰⁾. Na realidade, o simples facto de um atleta ser detentor de um elevado potencial e talento para a prática de uma modalidade não constitui, por si só, garantia de sucesso ^(7, 40). O contexto histórico e social é também determinante na carreira de um atleta, pelo que se torna imperioso conhecer e compreender as circunstâncias inerentes ao meio desportivo em causa ⁽⁶⁾.

Quando nos referimos a atletas de elite com deficiência, a complexidade da questão aumenta em virtude da diversidade edificadora do desporto paralímpico. Para além dos diferentes tipos de deficiência, são inúmeras as adaptações necessárias à sua prática, acrescendo ainda a multiplicidade de classes desportivas em competição. Com efeito, a existência de um sistema de classificação desportiva possibilita aos atletas competir com equidade e justiça, em função do seu nível de funcionalidade individual, mas torna este tipo de competição ainda mais diversa ^(29, 31).

Em Portugal o desporto para pessoas com deficiência ultrapassa os 40 anos de existência, contudo, o registo dos acontecimentos e a investigação realizada são escassos. Apesar das nove participações portuguesas em Jogos Paralímpicos e das várias medalhas conquistadas pelos atletas, a reflexão sobre o assunto é parca (J.V. Carvalho, entrevista, 16 Agosto, 2012). Tais factos consubstanciam a pertinência e originalidade deste ensaio, particularmente por entendermos que o conhecimento histórico não representa o simples evocar do passado. O seu conhecimento é fulcral para compreender o presente e perspetivar o futuro de forma adequada.

Neste contexto, pretende-se compreender o desporto paralímpico português numa perspetiva evolutiva, desde a sua génese até ao fenómeno desportivo em que se transformou no século XXI. Neste sentido, destacaremos os principais marcos sócio-históricos que caracterizaram o seu desenvolvimento organizativo, legislativo e financeiro. Simultaneamente, e porque na vertente competitiva o Movimento Paralímpico representa de forma ímpar o desporto de elite para pessoas com deficiência a nível mundial, utilizamos os dados relativos à representação portuguesa nos Jogos Paralímpicos como lente para uma reflexão sobre o passado, presente e futuro do desporto paralímpico nacional.

Perante a escassez de material publicado, a elaboração deste ensaio tornou-se particularmente desafiante. Não tendo sido encontrado nenhum estudo em bases de dados nacionais e internacionais, para a elaboração deste artigo foram utilizadas as seguintes fontes: livros, jornais portugueses, revistas das associações por área de deficiência, revistas da

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), *newsletters* do Comité Paralímpico de Portugal (CPP), bem como *websites* nacionais e internacionais, desde 1960 a 2012. Adicionalmente, considera-se como fonte o conteúdo de duas entrevistas semiestruturadas realizadas a um especialista na área, o Professor Jorge Vilela de Carvalho ¹. Este especialista acompanhou o desporto paralímpico ao longo dos últimos 30 anos enquanto elemento técnico e chefe da missão portuguesa em sete edições dos Jogos Paralímpicos. Para além da experiência partilhada, o Professor Jorge Vilela de Carvalho foi fundamental na identificação e acesso a múltiplas fontes bibliográficas.

DA REABILITAÇÃO À COMPETIÇÃO: O CONTEXTO INTERNACIONAL

Tendo em vista compreender e enquadrar a realidade portuguesa, destacam-se as principais tendências e marcos históricos que caracterizaram o Movimento Paralímpico.

A nível internacional, Sir Ludwig Guttmann ⁽²⁵⁾ é considerado o fundador do Movimento Paralímpico, aliás, são vários os autores que se referem a ele como o “Coubertin dos Paralímpicos” ^(24, 36). Enquanto neurocirurgião e diretor da Unidade Nacional de Lesões Vertebro-Medulares inaugurada a 1944 no Hospital de Stoke Mandeville, em Inglaterra, Guttmann foi pioneiro ao introduzir o desporto como parte integrante do programa de reabilitação dos seus pacientes ⁽³⁷⁾. Reconhecendo no desporto valores fisiológicos, psicológicos e sociais incontestáveis, Guttmann utilizava o desporto não apenas como meio privilegiado de reabilitação, mas também como veículo para a inclusão na vida social e produtiva ^(2, 38).

De uma forma organizada e estruturada, pode dizer-se que o desporto para pessoas com deficiência teve a sua génese durante a II Guerra Mundial, surgindo com o intuito de reabilitar aqueles que severamente lesionados na espinal medula chegavam a esta unidade de reabilitação ⁽²⁾. Nesta fase, o objetivo de Guttmann nunca foi a excelência desportiva, mas antes a reabilitação funcional e social dos seus pacientes. Como exemplo deste facto, o médico inglês começou por desenvolver a prática de desportos menos dinâmicos (bilhar, setas, tiro com arco, entre outros), passando progressivamente a implementar desportos mais competitivos e exigentes sob o ponto de vista físico, tais como o ténis e o basquetebol

1 — Professor de Educação Física, com especialização em Educação Especial, Reabilitação e Desporto Adaptado. Coordenou as primeiras iniciativas da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC) no desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiência de competição em Portugal. Desempenhou responsabilidades técnicas na Missão Paralímpica Portuguesa em 1984 e 1988. Foi chefe da Missão Paralímpica Portuguesa em 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008. Integrou a comissão instaladora e o conselho técnico da FPDD em 1984 e 1985, foi secretário da direção de 1992 a 2006 e diretor executivo da FPDD de 2006 a 2009. Participou na criação do CPP em 2008. Foi coordenador do Desporto Escolar Adaptado no Ministério da Educação de 2009 a 2012. Quando entrevistado, desempenhava as funções de diretor do departamento de desporto do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

em cadeira de rodas ⁽³²⁾. Entre estes destacou-se o tiro com arco, sucedendo-se várias competições entre equipas de diferentes unidades de reabilitação em Inglaterra.

Face ao sucesso obtido nestas competições, Guttman organizou em 1948 os primeiros Jogos Nacionais de Stoke Mandeville, em Inglaterra. Contando com a participação de 16 atletas na modalidade de tiro com arco, a competição foi realizada no dia da cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, visando demonstrar publicamente o potencial e capacidade destes atletas ⁽⁵⁾. Nos anos seguintes, os Jogos de Stoke Mandeville realizaram-se, ano após ano, com a introdução de novas modalidades desportivas e um número crescente de atletas. Em 1952 estes jogos passam a estar acessíveis à participação de atletas de outros países europeus ⁽⁵⁾. Todavia, foi apenas em 1960 que os Jogos de Stoke Mandeville se internacionalizaram e saíram de Inglaterra, tendo lugar em Roma aqueles que se designam como os primeiros Jogos Paralímpicos ⁽²⁶⁾.

Ao longo dos ciclos paralímpicos que se seguiram, distintos marcos evolutivos caracterizaram as diferentes competições, sendo a cada edição introduzidas novas modalidades e áreas da deficiência; aumentando progressivamente o número de países e de atletas participantes; salientando-se a evolução tecnológica alcançada e o crescente interesse revelado pelos meios de comunicação social ⁽²⁴⁾. Em consequência, as *performances* alcançadas pelos atletas foram-se tornando mais elevadas e evidenciando o desenvolvimento de um modelo desportivo cada vez mais voltado para o alto rendimento de atletas com deficiência ^(5, 28). Neste percurso, releva-se a criação do Comité Paralímpico Internacional (IPC) em 1989, na Alemanha; organização que tem vindo a desempenhar um papel preponderante em contexto internacional ⁽²⁷⁾. Partindo da convicção de que era fundamental promover uma aproximação progressiva ao movimento Olímpico, o IPC guiou a sua atuação nesse sentido ⁽²⁶⁾. Nesta medida, os Jogos de Barcelona 92' são o reflexo da influência deste organismo, tendo sido considerados por vários autores como os Jogos da Inclusão. Pela primeira vez, Jogos Olímpicos e Paralímpicos foram realizados no mesmo país e na mesma cidade; utilizaram as mesmas instalações desportivas e a mesma aldeia; partilharam recursos humanos e foram organizados pelo mesmo comité ^(5, 12, 26, 39). Esta aproximação promoveu não só a eliminação de barreiras arquitetónicas e de preconceitos sociais associados à deficiência ⁽²⁴⁾, como potenciou a comercialização e o apoio financeiro aos Jogos Paralímpicos ⁽²⁶⁾. Howe e Jones ⁽²⁹⁾ referem esta aproximação como crucial para legitimar o desporto de elite para pessoas com deficiência.

Ao longo dos anos, o desporto para pessoas com deficiência foi-se orientando para diferentes fins, desde objetivos reabilitativos e terapêuticos, até chegar à vertente competitiva e de alto rendimento que hoje alcança expressão máxima nos Jogos Paralímpicos ⁽⁵⁾. Portugal não foi exceção ao seguir este caminho, apesar de o ter percorrido anos mais tarde.

Sob o ponto de vista evolutivo importa referir que o desporto para as pessoas com surdez seguiu um caminho distinto. Pese embora o facto de não pretendermos explorar a

temática, é pertinente salientar que as primeiras iniciativas de que há registos no âmbito do desporto para pessoas com deficiência surgiram precisamente na área da surdez. Na realidade, em 1888 realizaram-se as primeiras competições para pessoas com surdez e em 1924 os primeiros Jogos Mundiais para Surdos, atualmente designados por Surdolímpicos. Nesta data assinala-se ainda a fundação do Comité Internacional de Desporto para Surdos (CISS); décadas antes dos primeiros Jogos Paralímpicos ⁽³³⁾.

TRILHOS PERCORRIDOS PELO DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL

Face à revisão bibliográfica efetuada e ao entendimento que detemos enquanto especialistas na área, poderemos dizer que o percurso do desporto para pessoas com deficiência em Portugal compreende, essencialmente, quatro etapas.

ETAPA I – ANTES DO 25 DE ABRIL DE 1974

À imagem do sucedido no contexto internacional, em Portugal, as primeiras iniciativas surgiram na área da surdez. Em 1934 constituiu-se o Grupo Recreativo de Surdos-Mudos do Porto e em 1954, vinte anos depois, o Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa; associações que desenvolveram a prática desportiva para pessoas com surdez. As competições entre atletas destas associações realizavam-se com alguma regularidade ainda antes da criação da Associação Portuguesa para Surdos (APS), em 1958, que passou a coordenar o desporto nesta área ⁽⁴⁾.

Neste período, o desporto para pessoas com deficiência em Portugal tinha objetivos estritamente terapêuticos e reabilitativos ⁽¹¹⁾. A guerra colonial promoveu um aumento crescente de pessoas com deficiência e, consequentemente, a necessidade de criação de respostas adequadas por parte dos Centros de Reabilitação. Nesta fase enfatiza-se o papel desempenhado pelo Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (Estoril) e pelo Hospital Ortopédico de Sant'Ana (Carcavelos), pioneiros na implementação da prática desportiva em programas de reabilitação no território nacional ⁽³⁾. Influenciados por alguns dos seus fundadores e médicos, em 1955, responsáveis por estes Centros de Reabilitação visitaram o Hospital de Stoke Mandeville em Inglaterra, acompanhando o trabalho desenvolvido por Guttmann enquanto diretor da Unidade de Lesões Vertebro-Medulares. Nesta época, alguns dos médicos portugueses tiveram a oportunidade de estagiar com Guttmann e conhecer as suas ideias inovadoras ⁽³⁾. Face aos acontecimentos, estes centros de reabilitação começaram também a incluir a prática de basquetebol em cadeira de rodas entre os seus pacientes em reabilitação ⁽¹³⁾.

Na época não existia nenhuma estrutura organizativa que enquadrasse este tipo de prática desportiva; não existia um quadro competitivo específico, nem tão pouco a possibilidade de prática integrada com atletas sem deficiência ⁽¹³⁾. Apesar destes factos, foi neste

período que Portugal se estreou nos Jogos Paralímpicos de Heidelberg 72', na Alemanha, e nos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, em 1973. Nestas duas competições, Portugal fez-se representar por uma equipa de basquetebol em cadeira de rodas formada por atletas destas duas unidades de reabilitação ⁽⁹⁾.

ETAPA II – APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

A Revolução de 25 de Abril de 1974 interrompeu a participação portuguesa nos Jogos Paralímpicos, o que apenas voltou a suceder em 1984, dois ciclos paralímpicos depois. Terminado este período de guerra e de implementação do regime democrático, inicia-se uma nova etapa assinalada pelo crescimento do associativismo desportivo e pela massificação do desporto, emergindo o conceito de “desporto para todos” ⁽¹⁹⁾. A liberdade gerada pelo regime democrático e o surgimento deste conceito gerou um movimento, liderado pelos deficientes ² das forças armadas, no sentido de pressionar o governo e as entidades responsáveis a criar oportunidades de prática desportiva para pessoas com deficiência ⁽³⁸⁾. Como reflexo desta luta foi criado, em 1977, o Secretariado Nacional de Reabilitação (atual Instituto Nacional para a Reabilitação – INR) e um sector dedicado ao desporto para pessoas com deficiência na divisão de recreação da Direção Geral dos Desportos (atual Instituto Português do Desporto e Juventude – IPDJ), patenteando a transformação que se começava a sentir neste contexto desportivo ⁽³⁸⁾.

Na vertente recreativa evidenciam-se três organizações, nomeadamente, a Associação Portuguesa de Surdos, fundada em 1958; a Associação Portuguesa de Deficientes – APD, fundada em 1972; e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA, fundada em 1974. Com efeito, estas entidades lideraram as primeiras iniciativas na organização de convívios, acampamentos e atividades recreativas entre atletas com deficiência ⁽⁸⁾.

Não obstante a relevância das ações levadas a cabo por estas associações, J.V. Carvalho (comunicação pessoal, 5 Julho, 2012) destaca a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC, designada por Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral – FAPPC desde 2006) como precursora da vertente competitiva ao organizar as primeiras atividades em 1982. Ao instituir um modelo de prática desportiva regular e sistemática, a APPC surge como grande impulsionadora do desporto de competição. Tal influência refletiu-se na participação portuguesa nos Campeonatos do Mundo, nos Campeonatos da Europa, bem como em outras competições internacionais a partir de 1982, alcançando expressão máxima nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque 84' e Seul 88'. Nestas provas a participação portuguesa foi unicamente coordenada pela APPC, tendo sido conquistadas as primeiras medalhas paralímpicas portuguesas ^(8, 13). Adicionalmente, a APPC, através

2 — Apesar da expressão “deficiente” ser, em nosso entender, algo a evitar devido à sua conotação estigmatizante face ao sujeito, optamos por mantê-la uma vez que na época histórica a que se refere o texto era esta a terminologia utilizada.

da criação em 1983 de uma Secção de Desporto e Recreação Nacional, tornou-se a pedra basilar na formação de recursos humanos especializados, ao liderar e organizar as primeiras ações de formação nas áreas do desporto terapia, recreação e competição ⁽³⁹⁾.

Nesta etapa salienta-se ainda a criação de entidades como a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) em 1989, fruto da fusão entre a Associação de Cegos Louis Braille, a Liga de Cegos João de Deus e a Associação de Cegos do Norte de Portugal. É sob a responsabilidade da ACAPO que despontam as primeiras atividades no âmbito da prática desportiva para pessoas com deficiência visual.

Um ano mais tarde, em 1987, também a área intelectual começa a dar os primeiros passos no desporto de recreação através do Movimento Special Olympics Portugal ⁽⁹⁾.

ETAPA III – APÓS A CRIAÇÃO DA FPDD

A etapa III estendeu-se por uma década e foi caracterizada pelo desenvolvimento e proliferação do desporto para pessoas com deficiência em Portugal, nomeadamente através da fundação legal da FPDD, em 1988. Nesta fase é instituído o desporto federado, observando-se grandes evoluções não apenas a nível organizativo, mas também legislativo, tecnológico, financeiro e no que respeita à sua divulgação pelos meios de comunicação social. Durante este período, a FPDD coordenou a representação nacional de atletas com deficiência em eventos nacionais e internacionais ⁽²³⁾, liderando as primeiras participações conjuntas da área da Paralisia Cerebral e da Deficiência Visual nos Campeonatos do Mundo em 1990 e nos Jogos Paralímpicos de Barcelona 92'. Ao mesmo tempo, a área intelectual inicia a sua participação nos Jogos Paralímpicos de Madrid 92', após a criação da Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental (ANDDEM), em 1991 ^(9, 39).

Destaca-se ainda, em 1991, a presença da área motora nos Campeonatos da Europa, sua primeira participação internacional. Não obstante, apenas 4 anos mais tarde, em 1995, foi criada oficialmente a Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Motora (ANDDEMOT), última área a integrar o grupo de associações por área da deficiência em Portugal ^(9, 39).

Durante este percurso, a FPDD é admitida no Comité Olímpico de Portugal (COP) em 1993 e um ano mais tarde na Confederação de Desporto de Portugal (CDP). Fruto destas ligações e do estatuto alcançado pelo desporto paralímpico em Portugal após a criação da FPDD, os anos subsequentes foram marcados pela assinatura do primeiro Contrato-Programa de Alta Competição para atletas com deficiência e de um Protocolo de Apoio à Alta Competição relativo aos Planos de Preparação e Participação nos Jogos Paralímpicos de Atlanta 96', apoios que se mantiveram nos ciclos paralímpicos seguintes e que serão descritos mais detalhadamente adiante.

Esta época ficou assinalada, fundamentalmente, por mudanças sociais profundas e pelas crescentes políticas de inclusão que eliminaram crenças antigas sobre a incapacidade associada à pessoa com deficiência. Neste contexto, o desporto, através da divulgação de

excelentes *performances* alcançadas por atletas com deficiência, desempenhou um papel charneira na transformação de mentalidades.

Em Portugal, esta evolução foi notória na alteração da terminologia utilizada por algumas associações desportivas portuguesas patente no capítulo “Estruturas Organizativas”; no surgimento de novas medidas legislativas de apoio, tais como a atribuição de prémios e de bolsas aos atletas paralímpicos; e no trabalho de divulgação e projeção deste contexto desportivo, temáticas desenvolvidas nos próximos capítulos.

No final desta etapa destacam-se ainda as reestruturações organizativas e legislativas em decurso, evidenciando um avanço evidente no sentido do alto rendimento desportivo e em que se fundam as bases para a criação do CPP.

ETAPA IV – APÓS A CRIAÇÃO DO CPP

Por fim, a quarta e última etapa teve início em 2008 com a criação do CPP. Este organismo assumiu o comando do Movimento Paralímpico Português através da coordenação da sua primeira Missão Paralímpica Portuguesa em Londres 2012.

Sob a égide do CPP iniciou-se a construção de um projeto desportivo totalmente voltado para o alto rendimento, dando-se início a um caminho cuja meta é o desenvolvimento do desporto paralímpico português de uma forma organizada e sustentada ⁽¹⁸⁾.

O lema criado pela instituição, “Igualdade, Inclusão e Excelência Desportiva”, visou conferir a este organismo uma função não apenas voltada para a inclusão e para a luta pelos direitos dos atletas, mas, fundamentalmente, vocacionada para o apoio aos atletas paralímpicos ⁽¹⁷⁾ e que tem vindo a ser desempenhada pelos seus dirigentes.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Sob o ponto de vista organizativo, ao longo da perspetiva histórica referimo-nos à criação das associações nacionais por área de deficiência, as quais, gradualmente se foram também filiando na FPDD.

A FPDD encontra-se então estruturada em cinco áreas da deficiência, a cada uma das quais corresponde uma associação. Assim sendo, em Portugal a área da Paralisia Cerebral é representada a nível nacional pela PCAND - Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto (designada por APPC de 1960 a 2001); a área Visual pela Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Visual — ANDDVIS (representada pela ACAPO de 1989 a 2008); a área Intelectual pela Associação Nacional de Desporto para Deficiência Intelectual — ANDDI (designada por ANDDEM de 1991 a 2007); a área da Surdez pela Liga Portuguesa de Desporto para Surdos — LPDS (representada pela APS de 1958 a 1998); e a área Motora pela Associação Nacional de Desporto para Deficientes Motores — ANDDEMOT

(desde 1995) ⁽²¹⁾. Face ao exposto, os clubes filiam-se nas respetivas delegações ou núcleos regionais associativos, em função do tipo de deficiência e das categorias desportivas em que os seus atletas se incluem.

Não obstante o excelente trabalho desenvolvido pela FPDD, as exigências internacionais desafiaram a criação de um organismo que fosse capaz de representar de forma mais efetiva as Missões Paralímpicas Portuguesas. Nesta medida, em 2008 fundou-se o CPP com o intuito de representar, divulgar, desenvolver e defender o Movimento Paralímpico português, sendo da sua responsabilidade organizar e gerir todo o Programa de Preparação Paralímpica dos atletas Portugueses ⁽¹⁷⁾. O CPP vem, assim, responder à necessidade de se criar um organismo de apoio específico ao desporto de alto rendimento para pessoas com deficiência.

Após a criação desta entidade procedeu-se à reorganização estrutural desta área desportiva, passando a FPDD a representar o desporto federado e o CPP o Movimento Paralímpico Português. Contudo, a FPDD e todas as federações por modalidade que não se incluem nas associações por áreas da deficiência, mas que têm atletas que se incluem na Missão Paralímpica Portuguesa, mantêm uma relação direta com o CPP ^(22, 39).

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

Tendo em consideração que as medidas políticas e legislativas adotadas ao longo do tempo se constituem como fator de mudança e têm uma relação direta com os caminhos percorridos pelo desporto para pessoas com deficiência em Portugal, pretende-se neste capítulo compreender as principais iniciativas decorridas nesta matéria.

Ao analisar a legislação portuguesa é possível observar que as grandes alterações se situam quase todas ao nível da etapa III (pós 1988). A adoção da Carta Europeia do Desporto para Todos pelo Conselho da Europa, em 1986, representa uma pedra basilar nas intenções políticas europeias e, conseqüentemente, nas nacionais ⁽¹⁴⁾. Neste documento destaca-se a importância de oferecer às pessoas com deficiência possibilidades de prática desportiva adequada às suas necessidades; de estimular as entidades competentes a tornar as instalações desportivas acessíveis; apoiar a investigação desenvolvida na área; estimular a educação a criar condições de prática desportiva para alunos com deficiência nas aulas de Educação Física; a pertinência de integração do desporto para pessoas com deficiência nos clubes e nas organizações desportivas ⁽¹⁹⁾. Tudo isto remete para uma unificação no que respeita ao organismo coordenador, incentivando o desenvolvimento de políticas que promovam a informação da população em geral sobre este tipo de prática desportiva.

Acompanhando as orientações europeias, em Portugal as primeiras iniciativas legislativas surgiram através da Lei de Bases do Sistema Desportivo publicada em 1990 (Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro). Nos seus princípios fundamentais (artigo 2.º), esta lei refere que no “apoio à generalização da atividade desportiva é dada particular atenção aos grupos sociais

dela especialmente carenciados, os quais são objeto de programas adequados às respectivas necessidades, nomeadamente em relação aos deficientes", evidenciando a clara intenção de apoio ao desenvolvimento do desporto para pessoas com deficiência em Portugal.

Anos mais tarde, em 1995, esta posição é reforçada através da publicação do Decreto-Lei nº 125/ 95 de 31 de Maio, que estende o Regime de Alta Competição aos atletas com deficiência que "obtenham resultados de excelência na prática desportiva em competições internacionais" (artigo 40.º).

Face ao reconhecimento alcançado pelo desporto paralímpico no contexto social, nesta época é ainda publicada a Portaria nº 393/ 97 de 17 de Junho, que concede, pela primeira vez, prémios aos cidadãos com deficiência que se classifiquem num dos três primeiros lugares de provas dos Jogos Paralímpicos, Campeonatos do Mundo ou da Europa e na Taça do Mundo de *Boccia*.

Ademais, decorrente das naturais evoluções políticas e sociais ocorridas em território nacional, surge a nova Lei de Bases do Desporto - Lei n.º30/ 2004, de 21 de Julho (artigo 52.º e 82.º). Esta lei prevê que o estado fomenta a prática desportiva de pessoas com deficiência de uma forma adaptada e orientada para as suas necessidades, criando condições de acesso e fornecendo as ajudas técnicas necessárias a uma plena integração e participação social. Adicionalmente, esta lei vem incentivar a criação do Comité Paralímpico de Portugal, referindo-se à relevância deste organismo antes mesmo da sua fundação.

SISTEMAS DE APOIO LOGÍSTICO, FINANCEIRO E PATROCÍNIO

O desenvolvimento e incentivo à prática desportiva, nas suas inúmeras vertentes, está diretamente relacionado com o sistema desportivo de apoios em vigor.

Enquanto profissionais do desporto estamos conscientes das dificuldades que a alta competição atravessa na conjuntura nacional e da debilidade financeira que afeta associações e clubes desportivos. No entanto, quando nos reportamos a atletas com deficiência e à questão dos apoios ao desenvolvimento do desporto de elite para estes atletas, as dificuldades multiplicam-se.

Os primeiros dados relativos ao financiamento do desporto paralímpico português a que tivemos acesso datam dos Jogos Paralímpicos de Seul 88'. Na época, a APPC contou com alguns apoios oficiais fornecidos pela Direção Geral de Desportos (DGD), pela Secretaria de Estado da Segurança Social, algumas autarquias, governos civis e patrocinadores particulares, porém ainda escassos para suprir todas as necessidades ⁽¹⁾.

Nesta perspetiva, foram sobretudo as medidas de apoio concedidas aos atletas de elite integrados no regime de alta competição do Projeto Paralímpico para Atlanta 96' e o desenvolvimento do primeiro projeto de *marketing* no âmbito dos Jogos Paralímpicos de

Sydney 2000, que incitaram alterações profundas no financiamento do desporto de elite para pessoas com deficiência em Portugal. De facto, o primeiro programa de financiamento ao Plano de Preparação Paralímpica foi concedido à FPDD no ano de 1996, no próprio ano em que se realizaram os Jogos de Atlanta ⁽¹³⁾.

Em oposição, nos Jogos Paralímpicos de Sydney 2000, a implementação do Contrato-Programa de apoio aos atletas paralímpicos teve início em 1997, logo no primeiro ano do ciclo, o que revela progressos nesta área.

Paralelamente, a FPDD lançou em 1999 o seu primeiro plano estruturado de *marketing* na área do desporto paralímpico, conhecido como o Projeto “Super-Atleta” ⁽¹⁵⁾. Este projeto foi deveras determinante nas transformações ocorridas ao nível dos patrocínios conquistados para apoiar os atletas portugueses, bem como na mudança de mentalidades e atitudes sociais ⁽¹³⁾. A este propósito, Carvalho ⁽¹¹⁾ realça o reconhecimento que o projeto obteve a nível nacional e internacional através da obtenção de vários prémios, nomeadamente, no 2º Festival de Criatividade Publicitária do Clube dos Criativos Portugueses; e a nível internacional no Prisma Awards 99; no Festival Ibero-Americano de Publicidade 99; no Festival Mundial de Publicidade de Gramado no Brasil; no Festival Internacional de Cannes 99; e no Cresta Awards 99 em Nova Iorque ⁽¹⁵⁾. Enquanto este projeto esteve em ação, os atletas paralímpicos beneficiaram não apenas da bolsa relativa ao Contrato-Programa financiado pelo estado português, mas também de uma bolsa especificamente financiada pelo “Super-Atleta” (J.V. Carvalho, entrevista, 5 Julho, 2012). O projeto permitiu ainda garantir um apoio financeiro a todos os acompanhantes e atletas-guia integrados na Missão Paralímpica, bem como adquirir equipamentos desportivos gerais e específicos para cada uma das modalidades representadas nos Jogos Paralímpicos ⁽¹³⁾.

Nos ciclos de Atenas 2004 e Pequim 2008, o projeto “Super-Atleta” voltou a distinguir-se pelas inúmeras campanhas de *marketing* realizadas na televisão, rádio, *outdoors* publicitários, iniciativas de patrocinadores, entre outras colaborações que resultaram no maior apoio de sempre ao desporto paralímpico português e que conferiram notoriedade aos seus atletas ^(13, 15). Mais ainda, o “Super-Atleta” notabilizou-se pelo prémio de cinema alcançado para o filme “Guia”, melhor filme comercial no 1º Festival do Filme Paralímpico que decorreu em Budapeste, em 2006.

Pese embora todo o sucesso descrito, no ciclo paralímpico de Londres 2012 não foi dada continuidade ao projeto. Em contrapartida, pela primeira vez na história do Movimento Paralímpico Português, o Contrato-Programa de apoio à preparação dos atletas paralímpicos foi celebrado a quatro anos, iniciando-se no primeiro ano de preparação para o ciclo paralímpico de Londres 2012. Para além da duração do Contrato-Programa ser superior, também o valor de financiamento global foi mais elevado face aos ciclos anteriores ⁽¹⁸⁾. Ainda neste ciclo, o CPP lançou algumas semanas antes do início dos Jogos Paralímpicos em Londres a campanha publicitária intitulada “O sonho é igual”. A campanha, alusiva à

participação portuguesa nos Jogos Paralímpico, foi divulgada através da televisão, dos cinemas, revistas, jornais, entre outros meios, obtendo um impacto considerável na divulgação e apoio aos atletas portugueses ⁽¹⁶⁾. Não obstante a relevância de tais iniciativas, o seu surgimento parece tardio, sendo crucial em futuras edições incentivar o apoio ininterrupto aos atletas paralímpicos, nomeadamente, através da divulgação concreta e permanente dos seus resultados desportivos ao longo de todo o ciclo de preparação. Apenas deste modo será possível transformar o Movimento Paralímpico num verdadeiro movimento de mobilização nacional.

O MOVIMENTO PARALÍMPICO EM PORTUGAL

Tendo em linha de conta os factos expostos, a atenção centra-se agora no mais elevado nível competitivo para atletas com deficiência em Portugal. Com este propósito resgatam-se os dados relativos às Missões Paralímpicas Portuguesas ao longo dos últimos 40 anos para colocar em evidência os principais factos e acontecimentos que as distinguiram (Quadro 1) ⁽³⁰⁾.

QUADRO 1 — Representação Portuguesa nos Jogos Paralímpicos: 1972-2012.

	LOCAL	Nº DE ATLETAS	MODALIDADES	TIPOS DE DEFICIÊNCIA	MEDALHAS
1972	Heidelberg	9 atletas	BCR	LVM / Amputação	-----
	Total	9 atletas	1 modalidade	-----	-----
1976	Toronto	Período de Interrupção na Participação Portuguesa			
1980	Arnhem	Período de Interrupção na Participação Portuguesa			
1984	Nova Iorque	14 atletas	Atletismo	PC	3 ouro / 2 prata / 4 bronze
		3 atletas	<i>Boccia</i>	PC	1 ouro (equipa)
		3 atletas	Ciclismo	PC	1 prata / 1 bronze
		11 atletas	Futebol 7	PC	-----
		1 atleta	Ténis de Mesa	PC	1 bronze
	Total	29 atletas *	5 modalidades	-----	13 medalhas
1988	Seul	10 atletas	Atletismo	PC	2 ouro / 5 prata / 4 bronze
		6 atletas	<i>Boccia</i>	PC	1 ouro (equipa) / 2 bronze
	TOTAL	13 atletas*	2 modalidades	-----	14 medalhas
1992	Barcelona	11 atletas	Atletismo	DV / PC	3 ouro / 1 prata / 2 bronze
		4 atletas	<i>Boccia</i>	PC	1 prata
		11 atletas	Futebol 7	PC	1 prata
		6 atletas	Natação	DM / LO	1 bronze
	Total	29 atletas*	4 modalidades	-----	9 medalhas

	LOCAL	Nº DE ATLETAS	MODALIDADES	TIPOS DE DEFICIÊNCIA	MEDALHAS
1996	Atlanta	12 atletas	Atletismo	DV	4 ouro / 1 prata / 3 bronze
		6 atletas	Boccia	PC	2 ouro / 1 prata
		11 atletas	Futebol 7	PC	-----
		6 atletas	Natação	DM / LO	2 prata / 1 bronze
		1 atleta	Atletismo	DI	Provas de Demonstração
	Total	35 atletas*	4 modalidades	-----	14 medalhas
2000	Sidney	16 atletas	Atletismo	DV / DI	5 ouro / 3 prata / 3 bronze
		6 atletas	Boccia	PC	1 ouro / 1 prata / 1 bronze
		12 atletas	Basquetebol	DI	Jogos de Demonstração
		1 atletas	Ciclismo	PC	-----
		11 atletas	Futebol 7	PC	-----
		5 atletas	Natação	DM / LO	1 prata
	1 atletas	Ténis de Mesa	DI	-----	
	Total	52 atletas	4 modalidades	-----	15 medalhas
2004	Atenas	11 atletas	Atletismo	DV / DM / LO	2 prata / 1 bronze
		12 atletas	Basquetebol	DI	-----
		9 atletas	Boccia	PC	2 ouro / 3 prata / 1 bronze
		1 atleta	Ciclismo	PC	-----
		1 atleta	Equitação	DM	-----
	7 atletas	Natação	DM / LO	3 bronze	
	Total	41 atletas	6 modalidades	-----	12 medalhas
2008	Pequim	13 atletas	Atletismo	DV / DM / LO	1 prata
		9 atletas	Boccia	PC	1 ouro / 3 prata / 1 bronze
		1 atleta	Ciclismo	PC	-----
		1 atleta	Equitação	PC	-----
		8 atletas	Natação	DM / LO	1 bronze
		1 atleta	Remo	DM	-----
	2 atletas	Vela	DM	-----	
	Total	35 atletas	7 modalidades	-----	7 medalhas
2012	Londres	15 atletas	Atletismo	DV / DI	1 bronze
		9 atletas	Boccia	PC	1 prata (pares) / 1 bronze
		1 atleta	Equitação	PC	-----
		4 atletas	Natação	DM	-----
	1 atleta	Remo	DM	-----	
	Total	30 atletas	5 modalidades	-----	3 medalhas

* 3 atletas participaram em 2 modalidades; BCR - Basquetebol em Cadeira de Rodas; LVM- Lesionados vertebro-medulares; PC - Paralisia Cerebral; DV - Deficiência Visual; DM - Deficiência Motora; LO - "Les autres" (os outros); DI - Deficiência Intelectual.

A representação portuguesa nos Jogos Paralímpicos circunscreve-se aos Jogos de Verão e teve início aquando da sua 4ª edição em 1972, em Heidelberg, na Alemanha. Nestes Jogos apenas participou uma equipa de Basquetebol em Cadeira de Rodas, constituída por atletas com lesão vertebro-medular e amputação.

Após 12 anos de interrupção devido à revolução do 25 de Abril e aos movimentos subsequentes, Portugal voltou a estar presente nos Jogos Paralímpicos em Nova Iorque 84' e Seul 88', unicamente com atletas com Paralisia Cerebral, enquadrados pela APPC. De acordo com J.V. Carvalho (comunicação pessoal, 5 Julho, 2012), a participação portuguesa nestes Jogos desempenhou um papel charneira na constituição da FPDD, impulsionando de forma capital o desenvolvimento do desporto paralímpico português. Neste contexto, em Barcelona 92', Portugal iniciou a sua participação sob a égide da FPDD e a delegação nacional integrou, pela primeira vez, atletas com diferentes tipos de deficiência, designadamente, Paralisia Cerebral, Deficiência Visual e Deficiência Motora.

Por seu turno, os Jogos de Atlanta 96' distinguiram-se pelo elevado número de medalhas alcançadas e pelo maior número de atletas representantes das cores nacionais.

Até então, os resultados revelavam uma tendência positiva a cada novo ciclo paralímpico, mas foi de facto nos Jogos Paralímpicos de Sydney 2000 que Portugal obteve as melhores prestações de sempre na fase de qualificação e de provas. Representado pela maior comitiva até então presente nos Jogos, com 53 atletas representantes de 7 modalidades desportivas ⁽¹¹⁾, a delegação portuguesa integrou oficialmente, pela primeira vez, atletas com deficiência intelectual. Os Jogos de Sydney ficaram ainda marcados pelo início das publicações referentes às Missões Paralímpicas Portuguesas e pela presença de membros do governo, da administração pública desportiva, do INR e do COP nos Jogos ⁽¹⁰⁾. Perante os factos, Sydney 2000 representa, sem dúvida, o ponto alto do Movimento Paralímpico Português, expresso também no número de medalhas conquistadas, o maior de sempre.

Os ciclos que se seguiram, Atenas e Pequim, são recordados pelo alargamento da representação portuguesa a novas modalidades desportivas tais como a equitação, o remo e a vela adaptada, mas também pela ausência de atletas com deficiência intelectual a competir a nível internacional ³. Contudo, em Atenas os atletas portugueses com deficiência intelectual realizaram ainda dois jogos de demonstração de basquetebol frente à equipa rrega. Nesta altura, a seleção portuguesa ocupava o 1º lugar do *ranking* mundial, facto que levou a equipa anfitriã a convidá-la ⁽¹⁰⁾.

Em Londres 2012, a missão portuguesa esteve pela primeira vez a cargo do CPP. Os Jogos ficaram assinalados pelo regresso dos atletas com deficiência intelectual. Todavia, a comitiva portuguesa viu reduzido o número de atletas e de modalidades representadas

3 — Nos Jogos Paralímpicos de Sidney, em 2000, foram detetadas fraudes ao nível da classificação desportiva dos atletas da seleção espanhola de basquetebol para atletas com deficiência intelectual. Vários atletas sem deficiência integraram esta equipa que se sagrou campeã paralímpica. Perante a polémica instalada, a Federação Internacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Intelectual (INAS-FID), responsável pela elegibilidade dos atletas para competir, foi afastada do IPC e, consequentemente, da participação nos Jogos Paralímpicos.

na competição. Para além disso, foi igualmente visível um decréscimo no número de medalhas conquistadas pelos atletas Lusos.

Nas várias participações portuguesas nos Jogos, as modalidades de atletismo, *boccia* e natação sobressaem como as mais representativas e regulares ao longo dos anos. Cabe, porém, distinguir o atletismo e o *boccia* pelos meritórios resultados conquistados até à data para o Desporto Paralímpico Português.

Finalmente, quando analisamos os resultados alcançados pelos atletas portugueses ao longo das 9 participações em Jogos Paralímpicos, observamos uma tendência positiva até 2000 e que tem vindo a declinar até à atualidade. No entanto, tais dados não poderão ser interpretados de forma linear, é imprescindível ter em conta que o aumento significativo de países em competição ao longo dos vários ciclos paralímpicos tem estabelecido patamares crescentes de exigência a nível competitivo. Do mesmo modo, o investimento realizado na preparação desportiva dos atletas tem vindo a aumentar de forma exponencial, colocando os Jogos Paralímpicos no topo do desporto de elite internacional ⁽¹⁸⁾.

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO DO DESPORTO PARALÍMPICO EM PORTUGAL

Perante os factos descritos, impõe-se uma reflexão sobre os caminhos percorridos pelo desporto paralímpico português que permita recolher elementos para discutir e iluminar o seu futuro de forma adequada.

Primeiramente é fulcral ter em linha de conta que as mudanças nas perspetivas políticas, sociais e culturais foram fundamentais no caminho percorrido pelo desporto para pessoas com deficiência em Portugal. Atletas, treinadores, dirigentes e espectadores são todos elementos de uma mesma sociedade carregada de valores e ideais que, naturalmente, influenciam as suas formas de atuação. Neste contexto, o 25 de Abril de 1974 mudou, indelevelmente, o rumo da sociedade portuguesa. Marcado por profundas transformações sociais e pela mudança de mentalidades associada à liberdade fundadora do regime democrático, o novo regime incitou a luta pelos direitos humanos e cívicos. Em virtude destas circunstâncias, as tomadas de decisão do governo conduziram à inclusão de grupos minoritários nos vários domínios da sociedade. Entre estes destaca-se a inclusão das pessoas com deficiência no contexto desportivo, instituída na primeira LBSD (1980). Neste sentido, surge também no contexto europeu o conceito de “Desporto para Todos”, em 1986, o qual deve ser colocado em prática pelos vários países membros. É com este intuito que em 1988 nasce a FPDD em Portugal, organismo criado para divulgar, promover e organizar o desporto para pessoas com deficiência e que mudou o rumo da história desportiva aqui explorada. Na verdade, foi a sua atuação e as excelentes prestações alcançadas pelos atletas paralímpicos portugueses nos Jogos Paralímpicos de Seul 88’, Barcelona 92’ e

Atlanta 96' que despoletaram o surgimento das medidas organizativas, legislativas e de financiamento acima descritas. Adicionalmente, a admissão da FPDD como membro do COP em 1993 e da CDP em 1994, promoveu a aproximação entre desporto paralímpico e olímpico, tal como sucedeu no contexto internacional, e incentivou o alargamento do regime de alta competição e a atribuição de prémios aos atletas paralímpicos medalhados. Não obstante, a diferenciação de valores existente entre as bolsas de preparação e os prémios atribuídos a atletas olímpicos e paralímpicos é reveladora de que ainda estamos longe da plena inclusão desportiva. Será um atleta paralímpico menos merecedor de uma bolsa de preparação ou de prémios inferiores a um atleta olímpico por alcançar uma mesma medalha de ouro? Terá sido menor o seu esforço, a dedicação com que treinou ou a superação que atingiu? Assumimos que não. Tais constatações não beneficiam a prestação desportiva dos atletas paralímpicos e tão pouco permitem sonhar com a profissionalização do desporto paralímpico português, tal como está a suceder em contexto internacional. Esta não será certamente a única justificação para que os resultados obtidos pelos atletas portugueses tenham decrescido ao longo dos últimos anos, mas tem certamente influência.

Nesta conjuntura, a criação do CPP vem tentar dar resposta à necessidade de especialização e de apoio ao alto rendimento desportivo. Este organismo surge a partir da exigência internacional, porém com quase 20 anos de atraso face ao IPC, fundado em 1989. Ao CPP impõe-se a efetivação de um trabalho árduo no sentido da luta pelos direitos dos atletas, começando pela alteração de legislações e pela melhoria dos apoios financeiros.

A análise dos dados relativos à representação portuguesa nos Jogos Paralímpicos reforça a necessidade premente de investimento. Ao contrário de outros países, Portugal não tem investido de forma sistemática no desporto paralímpico e este facto reflete-se no decréscimo evidente de resultados obtidos pelos atletas ao longo das últimas edições dos Jogos. Em contraste com o crescimento exponencial do Movimento Paralímpico no que se refere à sua estrutura, importância e número de países participantes, o investimento e esforço empregue para treinar os nossos atletas tem sido diminuto face ao realizado internacionalmente.

A própria evolução do desporto para pessoas com deficiência em Portugal, ao ter origem na vertente reabilitativa e ser organizada por áreas da deficiência, reflete o contexto social da época e o sentido segregador conferido às pessoas com deficiência. Na realidade, se observarmos com atenção a estrutura organizativa em vigor, ao agrupar atletas por características etiológicas semelhantes e não por modalidades desportivas como sucede no desporto em geral, verificamos que o valor discriminatório conferido a este tipo de prática desportiva ainda hoje permanece.

Fruto da sua experiência, J.V. Carvalho (comunicação pessoal, 16 Agosto, 2012) refere que é imperioso não apenas criar oportunidades de prática desportiva para atletas com deficiência, mas sobretudo regularizá-las em Portugal. O caminho para um futuro promissor no desporto para pessoas com deficiência em Portugal deverá, assim, cruzar-se com as estruturas desportivas regulares e visar a sua integração nas respetivas federações por modali-

dade. Esta representa a única via que permitirá: rentabilizar os recursos humanos já existentes e diversificá-los apostando em técnicos especializados (treinadores, fisioterapeutas, psicólogos, etc.); ampliar o financiamento, através da partilha de patrocínios entre desporto regular e desporto para pessoas com deficiência; criar um grupo de atletas capaz de conferir a competitividade e a estabilidade que o desporto paralímpico nacional tanto anseia.

Adicionalmente, é primordial realizar uma contínua e alargada sensibilização e informação da sociedade em geral acerca do desporto paralímpico. Com efeito, apesar da evolução observada nos Jogos Paralímpicos, a cobertura desta competição por parte dos *media* é ainda pouco relevante em Portugal ^(34, 35). A este nível é fundamental que os portugueses tenham a oportunidade de conhecer os atletas paralímpicos e de lhes prestar o devido reconhecimento pelos resultados conquistados. Em Portugal há atletas com deficiência que foram várias vezes campeões da europa e do mundo; há campeões paralímpicos e vários recordistas, feitos que a maioria dos cidadãos desconhece.

A mesma tendência é observada em termos de publicações académicas, por exemplo, sendo parca a reflexão sobre a temática. Para compreender um fenómeno de forma abrangente e aprofundada não basta considerar os factos, acontecimentos ou meros números, é imprescindível ir mais além, é impreterível refletir, compreender e atribuir-lhes um significado. Nesta ótica, é fulcral dar voz àqueles que representam, ao mais elevado nível, o desporto paralímpico nacional. Conhecer o seu percurso permitir-nos-á acompanhar e compreender a tendência negativa em que se encontra mergulhado este contexto e que foi sendo descrita ao longo deste artigo.

Portugal é detentor de excelentes atletas paralímpicos, com histórias repletas de experiências, de emoções, de momentos marcantes; alguns deles com uma vasta carreira na alta competição. São histórias de uma experiência vivida na primeira pessoa, cujo conhecimento poderá ser determinante para reverter esta tendência e identificar as necessárias transformações a operar neste contexto. Acreditamos que esta representa, sem dúvida, uma das melhores vias para reencontrar o caminho certo para o futuro. Aproveitemos tais ideias para retirar delas as devidas ilações e catapultar o desporto paralímpico e o atleta paralímpico nacional atribuindo-lhes o valor merecido.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho só foi possível com a colaboração de um conjunto de pessoas que, através das mais diversas formas, contribuíram para a recolha de dados e a sistematização de conhecimentos aqui presentes. Em conformidade expressamos a nossa sincera gratidão ao Professor Jorge Vilela de Carvalho que nos orientou na construção e recolha de dados deste artigo e que connosco partilhou toda a sua experiência nesta área, mas também às associações, à FPDD, ao CPP, entre outras, que sempre se mostraram disponíveis para nos auxiliar.

1. Almeida JC (1988). 8^{os} Jogos Para-Olímpicos de Seul. Reabilitação: *Revista do Secretariado Nacional de Reabilitação* 2 (2): 25-29.
2. Anderson J (2003). Turned into taxpayers: paraplegia, rehabilitation and sport at Stock Mandeville. *Journal of Contemporary History* 38 (3): 461-475.
3. Arruda L (2006). *Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. História do Projecto de Medicina de Reabilitação: a Arquitectura e a Arte*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
4. Associação Portuguesa de Surdos (2011). *Quem somos — História. Percurso*. [18 de setembro de 2012]; disponível em: http://www.apsurdos.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=5.
5. Brittain I (2010). *The Paralympic Games Explained*. New York: Routledge.
6. Brittain I, Hutzler Y (2009). A social-historical perspective on the development of sports for persons with physical disability in Israel. *Sport in Society* 12 (8): 1075-1088.
7. Carless D, Douglas K (2012). Stories of success: Cultural narratives and personal stories of elite and professional athletes. *Reflective Practice* 13 (3): 387-398.
8. Carvalho JV (1995). Breve História das Organizações Desportivas. *FPDD - Informação* 7: 7-17.
9. Carvalho JV (1996). Breve História do Desporto para Deficientes a Nível Mundial. *FPDD — Informação* 15: 11-25.
10. Carvalho JV (2000). *Portugal Paralímpico: Sydney 2000*. Lisboa: Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.
11. Carvalho JV (2001). Portugal e os Paralímpicos. *Olimpo: Revista do Comité Olímpico de Portugal* 98: 18-20.
12. Carvalho JV (2004). Da alta competição à recreação. Um estratégia para os países de Língua Portuguesa. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* 4 (2 suplemento): 18-20.
13. Carvalho JV (2004). Missão Paralímpica Atenas 2004. In: Matos DAT, Lages MF (ed.). *Povos e culturas: Cultura e Desporto*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 189-204.
14. Carvalho JV (2006). Dimensões da Alta Competição para Atletas com Deficiência. In: Rodrigues D (ed.). *Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas, 199-213.
15. Carvalho JV (2008). *Portugal Paralímpico: Pequim 2008*. Lisboa: Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.
16. Comité Paralímpico de Portugal (2012). *Campanha publicitária do Comité Paralímpico de Portugal com balanço positivo*. [11 de outubro de 2012]; disponível em: <http://www.comiteparalimpicoportugal.pt/Paginas/noticiadetalhe.aspx?IDNot=238&Source=/Paginas/noticias.aspx>.
17. Comité Paralímpico de Portugal (2012). *Comité Paralímpico de Portugal: Apresentação*. [17 setembro de 2012]; disponível em: <http://www.comiteparalimpicoportugal.pt/Paginas/apresentacao.aspx>.
18. Comité Paralímpico de Portugal (2012). *Jogos Paralímpicos Londres 2012: Momentos de Superação*. Loures: Comité Paralímpico de Portugal.
19. Conselho da Europa (1988). *Carta europeia do desporto para todos: as pessoas deficientes*. Lisboa: Ministério da Educação.
20. DePauw K, Gavron S (2005). *Disability Sport* (2 ed). Champaign: Human Kinetics.
21. Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (2012). *FPDD: Apresentação*. [17 setembro de 2012]; disponível em: <http://www.fpdd.org/main.php?action=main-apresentacao>.
22. Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (2012). *FPDD: Organograma*. [17 setembro de 2012]; disponível em: <http://www.fpdd.org/pt/organograma>.
23. Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (2012). *FPDD: Resumo Histórico*. [17 setembro de 2012]; disponível em: <http://www.fpdd.org/main.php?action=main-historia>.
24. Gold J, Gold M (2007). Access for all: the rise of the Paralympic Games. *Journal of The Royal Society for the Promotion of Health* 127 (3): 133-141.
25. Guttmann L (1976). *Textbook of Sport for the Disabled*. Aylesbury: HM+M Publishers.

26. Howe PD (2008). *The cultural politics of the paralympic movement through an anthropological lens*. London: Routledge.
27. Howe PD (2008). From Inside the Newsroom: Paralympic Media and the 'Production' of Elite Disability. *International Review for the Sociology of Sport* 43 (2): 135-150.
28. Howe PD (2011). Sociology. In: Vanlandewihck Y, Thompson W (ed.). *The Paralympic Athlete Handbook of Sports Medicine and Science*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 102-115
29. Howe PD, Jones C (2006). Classification of Disabled Athletes: (Dis)Empowering the Paralympic Practice Community. *Sociology of Sport Journal* 23: 29-46.
30. International Paralympic Committee (2012). *Athletes: results. IPC Historical Results Database*. [17 de setembro de 2012]; disponível em: <http://www.paralympic.org/Athletes/Results>.
31. Jones C, Howe PD (2005). The conceptual boundaries of sport for the disabled: classification and athletic performance. *Journal of Philosophy of Sport* 32: 133-146.
32. Le Clair J (2011). Transformed identity: from disabled person to global Paralympian. *Sport in Society* 14 (9): 1116-1130.
33. Legg D, Emes C, Stewart D, Steadward R (2004). Historical Overview of the Paralympics, Special Olympics and Deaflympics. *Palaestra* 20 (1): 30-36.
34. Pereira AL, Silva MA, Pereira O (2006). O valor do atleta com deficiência. Estudo centrado na análise de um periódico português. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* 6 (1): 65-77.
35. Pereira O, Monteiro I, Pereira AL (2011). Visibilidade da deficiência – Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos media impressos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto XXII*: 199-217.
36. SchuËltke E (2001). Ludwig Guttmann: Emerging Concept of Rehabilitation after Spinal Cord Injury. *Journal of the History of the Neurosciences* 10 (3): 300-307.
37. Scruton J (1979). Sir Ludwig Guttmann: creator of a world sports movement for the paralysed and other disabled. *Paraplegia* 17: 52-55.
38. Silva MA (1992). *Desporto para Deficientes: uma análise da sua evolução*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
39. Vilela J (2008). Acto diferente e o seu significado. In: Cruz AO (ed.). *O sentido e a acção* (2 ed). Lisboa: Instituto Piaget, 133-178.
40. Wheeler GD, Steadward RD, Legg D, Hutzler Y, Campbell E (1999). Personal Investment in Disability Sport Careers: An International Study. *Adapted Physical Activity Quarterly* 16 (3): 219-237